

# Análise De Riscos De Pessoas E A Segurança De Policiais Militares No Brasil: Identificação E Mitigação De Ameaças E Vulnerabilidades Para Prevenir A Vitimização

Camila Jatahy Araujo  
Jhoecynnara Da Silva Fernandes  
Marcelo Travessa Guedes  
Marconde Martins Conde  
Ricardo Da Silva Pantoja  
Flávio Carvalho Cavalcante

---

## Resumo:

A violência urbana no Brasil expõe constantemente os policiais militares a um alto grau de risco, resultando em elevados índices de vitimização, frequentemente em períodos de folga. Este artigo científico analisa o papel da Análise de Riscos de Pessoas (ARP) como ferramenta estratégica para identificar e compreender as ameaças e vulnerabilidades específicas que acometem esses profissionais. Com base em uma revisão da literatura especializada e na análise de dados sobre vitimização policial no período de 2018 a 2023, o trabalho mapeia os principais fatores contribuintes, desde condições socioeconômicas e operacionais até o uso de mídias sociais e a realização de atividades laborais complementares. A pesquisa demonstra que a ARP, como técnica acessória da Inteligência de Segurança Pública, proporciona uma metodologia robusta para diagnosticar cenários de risco, subsidiar a tomada de decisão e orientar a implementação de medidas preventivas e mitigadoras eficazes. Conclui-se que a institucionalização da ARP a institucionalização da Análise de Riscos de Pessoas é um caminho estratégico e necessário para promover a segurança e o bem-estar dos policiais militares brasileiros, fortalecendo as corporações e a própria segurança pública.

**Palavras-chave:** Análise de Risco. Policiais Militares. Vitimização Policial. Ameaças. Vulnerabilidades.

---

Date of Submission: 17-02-2026

Date of Acceptance: 27-02-2026

---

## I. Introdução

A segurança pública, definida pela Constituição Federal de 1988 como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (BRASIL, 1988, art. 144), constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito. Em sua linha de frente, atuando na preservação da ordem pública e na proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio, encontra-se o policial militar, um profissional cuja carreira exige retidão, coragem e eficiência em um cenário de elevada complexidade e constante exposição ao perigo.

Contudo, um paradoxo alarmante marca essa realidade: aqueles incumbidos da missão de proteger a sociedade são, eles mesmos, vítimas recorrentes da criminalidade. A violência urbana no Brasil não distingue seus alvos e atinge de significativamente os agentes de segurança. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) lança luz sobre uma faceta particularmente preocupante deste fenômeno: “a vitimização é maior na Polícia Militar do que na Polícia Civil, e policiais continuam a morrer mais na folga do que em serviço”. Esta constatação revela que o risco transcende o horário de trabalho, infiltrando-se na vida pessoal do policial e expondo-o a uma vulnerabilidade contínua.

A problemática central que norteia este estudo reside na persistência de altos índices de mortes de policiais militares por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), uma categoria que abrangem homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte (ALVES, 2020). A compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para essa vitimização, que vão desde a exposição operacional e o confronto direto até questões socioeconômicas, psicológicas e comportamentais, é fundamental para o desenvolvimento de políticas e práticas de segurança mais eficazes.

A justificativa para esta pesquisa pauta-se na urgência de se preservar a vida desses profissionais. A morte de um policial não representa apenas uma perda humana irreparável para sua família e para a corporação, além deste fato, ela “fragiliza a instituição que representa, pode reforçar a tese de que a violência não seleciona

suas vítimas” (DUARTE, 2019). Essa fragilização impacta a confiança da população nas forças de segurança e provoca efeitos deletérios sobre os processos de consolidação da própria democracia no país (ZILLI, 2018).

Neste contexto, a Análise de Riscos de Pessoas (ARP), como técnica acessória da Inteligência de Segurança Pública (ANDRADE, 2017), emerge como uma metodologia estratégica, essencial para a Inteligência de Segurança Pública (ISP). Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral analisar a aplicação da Análise de Riscos de Pessoas na identificação e mitigação das ameaças e vulnerabilidades que contribuem para a vitimização de policiais militares no Brasil, visando fortalecer sua segurança.

Para tanto, foram delineados os seguintes **objetivos específicos**: a) Discutir a relação intrínseca entre a profissão policial e o risco; b) Apresentar e analisar dados estatísticos sobre a vitimização de policiais militares no Brasil (2018-2023), identificando padrões e perfis de risco; c) Investigar os principais fatores que tornam os policiais militares suscetíveis à vitimização, com foco no período de folga; e d) Detalhar a aplicação da ARP como ferramenta metodológica para mapear cenários de risco e propor medidas eficazes de proteção.

## **II. Métodos**

A metodologia adotada fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental, com coleta de dados sistemática. Priorizou-se o levantamento de bases de dados estratégicas, como os Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para indicadores macroestruturais, complementado por revisão exaustiva da literatura especializada, incluindo artigos científicos, livros e obras sobre ISP e gestão de riscos.

## **III. Discussão**

### **A Profissão Policial E O Risco Inerente Às Atividades Policiais**

A carreira de policial militar é descrita por Mello (2015) como uma “profissão de fé”, uma doação do indivíduo ao bem da coletividade, “mesmo com o risco da própria vida”. Essa noção de risco é intrínseca à cultura institucional e faz parte do cotidiano desses profissionais (DUARTE, 2019). O trabalho do policial militar é peculiar, pois ele se depara com inúmeras possibilidades durante sua jornada, que frequentemente não possui horário definido para terminar, e enfrenta situações que vão de ocorrências simples a confrontos complexos com risco iminente de morte (FRAGA, 2006).

Essa constante exposição ao perigo não se limita ao horário de serviço. O policial militar, mesmo na folga, não deixa de ser policial. O exercício profissional invade a vida social e pessoal, exigindo um estilo de vida diferenciado, pois o trajeto para casa, os momentos de lazer e as relações interpessoais são permeados pela insegurança (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). O agente pode ser reconhecido por criminosos ou ser acionado para intervir em ocorrências que envolvem vizinhos e familiares, o que o mantém em um estado de alerta permanente e prejudica suas relações sociais (ALVES, 2020).

Essa realidade se torna ainda mais complexa quando se considera que o policial, ao chegar a uma ocorrência, geralmente não sabe o que irá encontrar. Situações que aparentam ser tranquilas podem sofrer uma mudança repentina e se transformar em um ataque violento (ELLRICH, 2016 apud ALVES, 2020). Portanto, a percepção e a compreensão correta dos riscos adquirem uma importância vital no mundo policial, exigindo preparo técnico, psicológico e um estado de alerta constante, que se estende para além da jornada de trabalho.

Para combater a vitimização policial de forma eficaz, torna-se imperativa a adoção de uma abordagem sistemática e preditiva, pautada em um sólido aparato teórico-metodológico. Essa abordagem é desempenhada pela Análise de Riscos, que se insere no contexto mais amplo da Inteligência de Segurança Pública (ISP) e da Contrainteligência (CI). A compreensão aprofundada da vitimização de policiais militares exige, inegavelmente, a distinção e detalhamento dos conceitos de ameaça e, sobretudo, de vulnerabilidade. Neste contexto, Granjo (2006) definiu ameaça como “qualquer fator que possa causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, ainda que a percepção de sua existência seja vaga.”

Conforme estabelecido pela ABNT ISO 73 (2009), a vulnerabilidade refere-se às “características intrínsecas de algo que resulta em suscetibilidade a uma fonte de risco que pode levar a um evento com uma consequência”. Em outras palavras, não se trata apenas da existência de um perigo externo, mas das condições internas ou circunstanciais que tornam o indivíduo propenso a ser afetado por esse perigo.

Andrade, Reis e Sanches (2022) utilizam uma metáfora elucidativa, comparando as vulnerabilidades à “porta que dá acesso à ameaça”, sublinhando que as falhas ou fragilidades de proteção são, muitas vezes, o que permite que um risco se materialize. Para um policial militar, cuja vida é constantemente permeada pelo risco, essas vulnerabilidades são múltiplas e de naturezas diversas, manifestando-se em diferentes esferas de sua existência.

As vulnerabilidades podem ser categorizadas em dimensões distintas, todas interconectadas e capazes de potencializar o risco ao qual o policial militar está exposto. As vulnerabilidades físicas e operacionais são as mais imediatamente reconhecíveis e incluem a falta de treinamento adequado para confrontos em diversas situações, especialmente aquelas que fogem do protocolo de serviço e ocorrem fora da jornada de trabalho. A carência de equipamentos de proteção modernos e eficazes, tanto para uso diário em serviço quanto para a

autoproteção na folga (como coletes balísticos pessoais), e um efetivo reduzido, que sobrecarrega os agentes e os expõe a um maior número de ocorrências, são fatores críticos. Essas deficiências tornam o policial mais suscetível em embates diretos ou em situações de defesa, onde a preparação e o material são decisivos (MORAIS; MONTEIRO, 2017).

Paralelamente, as vulnerabilidades socioeconômicas exercem um impacto profundo na segurança do policial. O baixo salário, especialmente para as classes de Praças, que compõem a maioria do efetivo, frequentemente impulsiona a necessidade de realizar o chamado “bico”, atividades de segurança privada informais. Essa prática não apenas aumenta as horas de trabalho, gerando fadiga e estresse, como também expõe o policial a riscos adicionais em ambientes não controlados e sem o apoio institucional. Adicionalmente, a condição socioeconômica muitas vezes leva o policial a residir em áreas de risco, caracterizadas por altos índices de criminalidade. Estar inserido em comunidades onde o crime organizado é predominante ou onde a violência urbana é endêmica faz com que o policial seja reconhecido por criminosos e se torne um alvo prioritário, mesmo em seu lar ou durante o lazer (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007; ALVES, 2020).

Outro conjunto relevante são as vulnerabilidades psicológicas e comportamentais. A natureza estressante e traumática da profissão pode levar ao estresse crônico, transtornos de ansiedade e depressão, diminuindo a capacidade de discernimento e reação em momentos críticos. Paradoxalmente, o excesso de confiança, um mecanismo de defesa contra o medo, pode levar à negligência em relação à segurança pessoal, resultando na falta de atenção a sinais de perigo ou na adoção de rotinas previsíveis. Um exemplo contemporâneo e crescente é o uso inadequado de redes sociais, onde a exposição de informações pessoais, familiares, locais frequentados ou detalhes da rotina se torna um prato cheio para a engenharia social criminosa, que pode utilizar esses dados para planejar ataques ou emboscadas.

### **Inteligência De Segurança Pública (ISP) E Contrainteligência (CI): Fundamentos E Relação Com A Proteção De Pessoas**

A Inteligência de Segurança Pública (ISP), conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), é definida como o "exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de uma política de Segurança Pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 2016, p. 15). Este campo de atuação é essencial para a gestão proativa de riscos.

Dentro da estrutura da ISP, a Contrainteligência (CI) constitui um dos seus dois ramos intrinsecamente ligados, ao lado do ramo Inteligência (BRASIL, 2016, p. 18). Enquanto a Inteligência se dedica à produção de conhecimentos gerais de interesse da segurança pública, a CI tem como finalidade primordial "produzir conhecimentos para neutralizar as ações adversas e proteger a atividade e a instituição a que pertence" (BRASIL, 2016, p. 18).

Essa distinção é aprofundada na doutrina militar, como evidenciado pelo Manual de Campanha de Contrainteligência do Exército Brasileiro (EB70-MC-10.220), que define a CI como o ramo da Atividade de Inteligência Militar "voltado para prevenir, detectar, identificar, avaliar, obstruir, explorar e neutralizar a atuação da Inteligência adversa e as ações de qualquer natureza que possam se constituir em ameaças à salvaguarda de dados, conhecimentos, áreas, instalações, pessoas e meios que o Exército Brasileiro tenha interesse de preservar" (EB70-MC-10.220, 2019, p. 1-1). Para tal, a CI se divide em dois segmentos principais: a Segurança Orgânica, que visa proteger os ativos (pessoas, informações, instalações, materiais), e a Segurança Ativa, que se foca em atuar contra as ameaças por meio de ações especializadas e de caráter eminentemente preditivo (EB70-MC-10.220, 2019, p. 1-4, 4-1).

Nesse contexto doutrinário, a Análise de Riscos de Pessoas (ARP) se insere como uma técnica acessória fundamental para a Contrainteligência e a ISP. Ela proporciona a estrutura metodológica necessária para a identificação, análise e avaliação das ameaças e vulnerabilidades específicas que incidem sobre o ativo humano, permitindo a formulação de medidas de proteção que visam tanto à segurança orgânica (prevenção) quanto à segurança ativa (atuação contra a ameaça), especialmente para profissionais como os policiais militares.

### **Panorama Da Vitimização Policial No Brasil (2018-2023)**

A análise dos dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sobre as mortes de policiais militares por CVLI revela um cenário alarmante e complexo, esse panorama corrobora a urgência de abordagens proativas, como a Análise de Riscos de Pessoas (ARP), ao demonstrar, paradoxalmente, que o maior perigo reside fora do exercício formal da função.

Conforme os dados compilados por Maba e Almeida (2023) a partir dos Anuários do FBSP (2020 a 2024), o Brasil registrou, entre 2018 e 2023, um total de 259 mortes de policiais militares por CVLI em serviço. Em contraste, no mesmo período, o número de policiais militares mortos fora de serviço atingiu 684 casos,

representando um índice 2,6 vezes maior que as mortes ocorridas em serviço. Essa disparidade quantifica e sublinha a dinâmica da vitimização policial no país, direcionando o foco para as ameaças e vulnerabilidades enfrentadas pelos profissionais em seu cotidiano pessoal.

Ao analisar as mortes em serviço, observa-se que os estados do Rio de Janeiro (80 mortes) e São Paulo (67 mortes) concentram a maior parte dos casos, representando, juntos, mais da metade (56,7%) do total nacional. Em contrapartida, seis estados (Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima) não registraram nenhuma morte de PM em serviço durante todo o período analisado (MABA; ALMEIDA, 2023).

O cenário das mortes fora de serviço é ainda mais disseminado e volumoso. O Rio de Janeiro novamente lidera o ranking com 125 mortes, seguido por São Paulo (115) e Pará (102). Diferentemente das mortes em serviço, todos os estados da federação registraram ao menos uma morte de policial militar fora de serviço no período, evidenciando que este é um problema de caráter nacional, embora com intensidades distintas. A série histórica revela uma queda considerável nos números em 2021, tanto para mortes em serviço quanto fora de serviço, mas os registros voltaram a subir em 2022 e 2023, indicando que o problema persiste e demanda atenção contínua.

### **O Perfil da Vítima Policial Militar**

A compreensão aprofundada dos padrões de vitimização de policiais militares no Brasil exige uma análise minuciosa do perfil das vítimas e das vulnerabilidades e ameaças que os tornam suscetíveis a ataques. A literatura especializada e os dados estatísticos convergem para a identificação de um conjunto de fatores que, interligados, desenham um complexo "mapa de vulnerabilidades" desses profissionais, tanto em serviço quanto, de forma mais acentuada, em seus períodos de folga. Essa análise não se restringe à descrição de incidentes isolados, mas busca desvendar as estruturas sociais, econômicas e comportamentais que perpetuam a exposição ao risco, justificando a aplicação de metodologias como a ARP para sua mitigação.

O fenômeno da vitimização policial, conforme observado em diversos estudos, apresenta um recorte hierárquico e socioeconômico marcante. A base da pirâmide organizacional das corporações militares, composta pelas classes de Praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), é a que mais sofre com a letalidade e a vitimização (BASSALO; MELLO, 2018; CHAVES et al., 2018). Essa predominância numérica nas estatísticas de vítimas não é meramente acidental ou explicada pela maior quantidade de Praças no efetivo total. Ela está intrinsecamente ligada a uma série de vulnerabilidades que se manifestam de forma mais aguda nesses escalões.

A condição socioeconômica emerge como um fator preponderante para essa disparidade. Os salários praticados nos escalões inferiores da Polícia Militar, muitas vezes insuficientes para proporcionar uma vida digna e segura em grandes centros urbanos, impulsionam os Praças a buscar alternativas residenciais em locais com menor custo de vida. Isso, infelizmente, os leva a morar frequentemente "em locais distantes, com pouca infraestrutura e situados em áreas de risco com elevados índices de violência" (MINAYO; SOUZA, 2005 apud DUARTE, 2019, p. 128). A convivência em bairros com altos índices criminais, onde criminosos e potenciais agressores residem, expõe esses policiais e suas famílias a um risco constante de reconhecimento e emboscada. O simples fato de serem identificados como policiais em seu ambiente cotidiano, longe do aparato de proteção e do apoio de seus pares, os torna alvos fáceis para facções criminosas ou indivíduos em busca de retaliação ou de bens como o armamento particular.

Essa proximidade geográfica com as zonas de conflito e criminalidade gera uma tensão permanente na vida desses profissionais. Minayo, Souza e Constantino (2007) ressaltam que a presença do policial em áreas de conflitos, seja residindo em bairros com alto índice criminal, em bares, ou no transporte público, "em virtude de sua condição de agente de segurança, possui a tendência de se envolver em ocorrências" (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 1655). A ausência de uma "bolha de segurança" em suas vidas privadas, imposta pela realidade socioeconômica, é uma das mais perversas vulnerabilidades enfrentadas por esses profissionais, erodindo a barreira entre sua vida pessoal e a exposição inerente à sua profissão.

### **Fatores Determinantes Da Vulnerabilidade À Vitimização Entre Policiais Militares**

#### **O "Bico" Como Fator De Risco E A Dupla Exposição**

A já mencionada insuficiência salarial, especialmente entre os Praças, acarreta uma consequência direta e alarmante: a busca por fontes complementares de renda. Essa busca materializa-se, na maioria das vezes, na realização de serviços de segurança privada não institucionalizados, informalmente conhecidos como "bico" (ALVES, 2020). Embora o "bico" seja uma resposta à necessidade econômica, ele se converte em uma vulnerabilidade significativa, potencializando o risco e a vitimização de policiais militares, principalmente durante seus períodos de folga.

A literatura e a experiência prática demonstram que a existência de um segundo emprego informal como elemento potencializador do risco é um fato consolidado. Brito et al. (2011) corroboram essa afirmação ao mencionar que o "afrouxamento do controle social estatal oferta um mercado de segurança particular para os policiais, em razão de possuírem treinamento e licença para portar armas, além da rede de contatos com policiais

que fazem o policiamento ostensivo" (BRITO et al., 2011, p. 120). O policial é, paradoxalmente, atraído para essas atividades justamente por sua qualificação profissional e pela prerrogativa do porte de arma, atributos que o tornam valioso no mercado informal de segurança. No entanto, ele as executa sem o suporte e a proteção institucional que a corporação oferece durante o serviço oficial.

Essa prática expõe o policial a uma "dupla jornada" de risco: além dos perigos do serviço formal, ele enfrenta os perigos do "bico" desprovido de aparato institucional, sem o apoio imediato de colegas, frequentemente em ambientes com segurança orgânica precária e, muitas vezes, em locais e situações que amplificam sua vulnerabilidade. A ausência de colete balístico, de viatura oficial, de meios de comunicação seguros e da proteção legal plena em caso de incidentes, transforma o "bico" em um cenário de alta exposição.

O policial, então, passa a ser um alvo potencial não apenas por sua condição institucional, mas também pela eventual posse de armamento cobiçado por criminosos ou por atuar em contextos de segurança de estabelecimentos que podem ser visados por assaltantes. Assim, a necessidade econômica, longe de ser uma questão meramente individual, revela-se uma vulnerabilidade estrutural que o Estado falha em mitigar, empurrando o policial para situações de risco autoinfligido, mas socialmente induzido.

### **Gênero, Tempo De Serviço E A Exposição Diferenciada**

Outros fatores que modulam o perfil de risco dos policiais militares incluem o gênero e o tempo de serviço na corporação, ambos indicadores que, de diferentes formas, influenciam o grau de exposição à vitimização. No que tange ao gênero, policiais do sexo masculino representam a quase totalidade dos registros de mortes (ALVES, 2020). Essa realidade é justificada por uma conjunção de fatores que vão além da simples disparidade numérica de homens e mulheres nas forças de segurança, embora esta seja uma base importante.

Tradicionalmente, os homens ocupam a vasta maioria dos postos operacionais e de linha de frente nas corporações militares brasileiras, expondo-se de forma mais contínua e direta aos confrontos com a criminalidade. Conforme Alves (2020) aponta, essa realidade é justificada "não somente pelo maior contingente de policiais militares masculinos na corporação, os quais estão no enfrentamento diário a criminalidade, mas também por serem os que mais atuam em jornadas fora de serviço, a fim de complementar a renda, e por morar em áreas mais sujeitas a violência, tornando-os vulneráveis à ação de criminosos" (ALVES, 2020, p. 70). A expectativa social de que o homem seja o principal provedor do lar, combinada com os salários baixos já discutidos, impulsiona-os ainda mais para a busca de "bicos" e a moradia em áreas periféricas, ampliando significativamente sua janela de exposição ao risco fora do expediente oficial.

O tempo de serviço na instituição também se revela um fator de vulnerabilidade. Estudos indicam que policiais militares com menos tempo na corporação, especificamente aqueles com até dez anos de serviço, estão significativamente mais expostos a riscos. Minayo, Souza e Constantino (2007) revelam que esses profissionais "sofreram 2,4 mais riscos na atividade profissional do que os mais antigos" (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007, p. 1656). Essa maior suscetibilidade pode ser atribuída a diversas razões.

Policiais mais jovens, por vezes, carecem da experiência tática e da "malícia de rua" desenvolvida ao longo dos anos, que auxiliam na leitura de cenários de risco e na prevenção de situações perigosas. A ânsia por demonstrar coragem e eficiência, características valorizadas na cultura policial, pode levá-los a assumir riscos desnecessários. Além disso, a falta de uma rede de contatos consolidada e o desconhecimento dos padrões criminais locais podem contribuir para a maior vulnerabilidade desses agentes em seus primeiros anos de carreira.

### **A Era Digital E O Uso De Mídias Sociais Como Nova Vulnerabilidade**

Em um mundo cada vez mais conectado, as mídias sociais, que se tornaram onipresentes na vida cotidiana, emergiram como um novo e crítico vetor de vulnerabilidade para os policiais militares. Se por um lado elas oferecem meios de comunicação e lazer, por outro, quando utilizadas de forma inadequada, podem se transformar em uma poderosa ferramenta nas mãos de criminosos para planejar e executar ataques contra esses servidores.

A exposição de informações pessoais e profissionais em plataformas como Facebook, Instagram e WhatsApp pode ter consequências gravíssimas. Detalhes sobre a rotina do policial (horários de entrada e saída, locais frequentados), relacionamentos (fotos com familiares e amigos, identificação de entes queridos), informações residenciais (geolocalização em postagens, fotos que revelam a fachada da casa), e até mesmo o simples fardamento em fotos (que confirma a profissão e o local de trabalho) são dados que, isoladamente ou combinados, fornecem um vasto material para a chamada engenharia social.

Zilli (2018) destaca que essa engenharia social permite que criminosos extraiam e utilizem essas "informações valiosas" para o cometimento de crimes, transformando-as em ameaças efetivas que exploram as vulnerabilidades digitais. A análise de perfis em mídias sociais pode revelar padrões de deslocamento, hábitos de consumo, o tipo de veículo utilizado e até mesmo informações sensíveis sobre a saúde ou problemas pessoais do policial. Com esses dados em mãos, os agressores podem planejar emboscadas com precisão cirúrgica para roubos, sequestros ou assassinatos, atacando o policial em seus momentos de lazer ou vulnerabilidade máxima, longe da proteção institucional.

A falta de treinamento e de conscientização sobre segurança digital entre os policiais militares representa uma lacuna preocupante. Muitos profissionais, por desconhecimento ou subestimação dos riscos, não adotam as medidas básicas de privacidade em suas redes, tornando-se alvos fáceis. A gestão da imagem pública e da privacidade digital, portanto, não é apenas uma questão de escolha pessoal, mas uma componente essencial da autoproteção na era contemporânea, que deve ser ativamente abordada pelas instituições de segurança pública como parte de suas estratégias de mitigação de riscos.

Ante o exposto, as vulnerabilidades institucionais se referem às lacunas na estrutura de apoio e proteção fornecida pela própria corporação. A ausência de protocolos de segurança específicos e robustos para o policial na folga, que levem em consideração suas vulnerabilidades e o potencial de vitimização, é uma falha significativa. A falta de apoio psicológico adequado e acessível para lidar com o estresse pós-traumático e os desafios emocionais da profissão também contribui para o agravamento de problemas comportamentais. Somam-se a isso as condições de trabalho precárias, que afetam a moral, a saúde e a capacidade operacional dos policiais, tornando-os mais suscetíveis a erros e mais vulneráveis a ameaças (MORAIS; MONTEIRO, 2017).

É fundamental reconhecer que, apesar de todos os esforços e medidas preventivas, o fator humano introduz uma variável imprevisível e, portanto, sempre haverá algum risco residual. Como ressaltam Andrade, Reis e Sanches (2022), “não há segurança completamente eficiente”, pois a complexidade das interações humanas e a imprevisibilidade do comportamento criminoso impedem a eliminação total de todas as possibilidades de dano. Isso reforça a necessidade de um sistema contínuo e adaptativo de Análise de Risco de Pessoas, que não busca a utopia da segurança absoluta, mas a maximização da proteção por meio da constante identificação e mitigação de vulnerabilidades.

### **A Aplicação Da Análise De Riscos De Pessoas (Arp) Na Proteção De Policiais Militares**

A Inteligência de Segurança Pública (ISP) é uma atividade essencial que visa à produção e salvaguarda de conhecimentos para assessorar a tomada de decisão em todos os níveis (BRASIL, 2016). Para tal, ela utiliza uma metodologia própria e técnicas acessórias, entre as quais se destaca a Análise de Riscos (AR). A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) define a Análise de Riscos como: “Um conjunto de procedimentos que identificam, quantificam e analisam ameaças e vulnerabilidades aos ativos da Segurança Pública e da defesa social, elaborada com a finalidade de apontar alternativas para mitigar e controlar os riscos” (BRASIL, 2016, p. 32).

Aplicada à ISP, a Análise de Riscos pode ser tanto um tipo de conhecimento específico quanto uma técnica para produzi-lo (ANDRADE, 2017). Embora seja frequentemente associada à Segurança Orgânica (proteção das instalações e do pessoal), seu potencial na produção de conhecimento de inteligência para prever perigos e ameaças, alinhado à função preditiva da Contrainteligência, é imenso.

A Análise de Riscos de Pessoas (ARP), como um desdobramento especializado da Análise de Riscos, foca especificamente na proteção do indivíduo. Ela se estrutura em dois elementos centrais (ANDRADE, 2017): a Identificação de Ameaças, que visa apontar as ações hostis e potenciais que os policiais podem encontrar em sua rotina, como confrontos armados, emboscadas, assaltos (latrocínio), e até riscos imateriais como o estresse extremo que pode levar a erros fatais; e a Avaliação de Vulnerabilidades, que examina as fragilidades específicas dos policiais, incluindo seu treinamento, equipamento, condições de trabalho, saúde mental e comportamentos de risco. O objetivo principal da ARP na Polícia Militar é “garantir a segurança e o bem-estar dos policiais, permitindo que eles cumpram suas missões com eficácia, ao mesmo tempo em que minimizam os perigos associados ao trabalho policial” (ANDRADE, 2017 apud MABA; ALMEIDA, 2023).

Superar a abordagem reativa, historicamente dominante na gestão da segurança pública, e implementar uma cultura de prevenção, que priorize a salvaguarda da vida dos policiais militares, exige a aplicação sistemática e rigorosa da Análise de Riscos de Pessoas (ARP). Este processo não se configura como uma ação pontual, de caráter meramente paliativo, mas sim como um ciclo contínuo de avaliação e reavaliação, intrinsecamente ligado à atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP).

Como destaca Andrade (2017), a ISP é um instrumento fundamental de assessoramento gerencial, fornecendo o conhecimento necessário para enfrentar os riscos e problemas que a temática da vitimização policial demanda. A ARP, ao se integrar a este contexto, permite uma compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos agentes, subsidiando a tomada de decisões estratégicas e táticas.

A operacionalização da ARP transcende a simples identificação de ameaças; ela se aprofunda na compreensão da interação entre ameaças e vulnerabilidades, permitindo que as instituições policiais desenvolvam planos de proteção individualizados. O “fator humano”, como ressaltado por Andrade, Reis e Sanches (2022), é uma variável imprevisível e suscetível a múltiplas influências, tornando imperativa uma análise pormenorizada que contemple não apenas o ambiente operacional, mas também as nuances da vida privada do policial.

Um processo robusto de ARP, adaptado ao contexto da vitimização policial, pode ser estruturado em etapas sequenciais e interligadas, garantindo uma abordagem holística e dinâmica. Essas etapas devem ser conduzidas por equipes especializadas, com conhecimento técnico em inteligência e gestão de riscos, e com a

capacidade de atuar com a sensibilidade necessária para lidar com informações de caráter pessoal e, muitas vezes, sigiloso.

O ponto de partida para qualquer análise de risco é a coleta exaustiva e o processamento qualificado de informações. Isso alinha-se diretamente com a fase de "Reunião de dados e/ou conhecimentos" do Ciclo da Atividade de Inteligência, conforme a DNISP (BRASIL, 2016, p. 28), e com o "Exame de Situação" da Contraineligência (EB70-MC-10.220, 2019, p. 5-3). Envolve uma gama diversificada de fontes e métodos, visando construir um panorama detalhado das ameaças e vulnerabilidades. Primeiramente, é essencial o estudo de séries históricas de crimes contra policiais, conforme os dados relacionados, para identificar padrões consistentes em termos de frequência, localização geográfica das ocorrências, horários predominantes, modus operandi dos agressores e perfis das vítimas. Tal análise retrospectiva, como enfatiza Zilli (2018), fornece o suporte necessário para o entendimento das vulnerabilidades e ameaças, sendo valiosa para a avaliação do que influenciou ou não, a partir de casos concretos, a vitimização.

Adicionalmente, é indispensável a produção de conhecimento de inteligência sobre a atuação de grupos criminosos organizados em determinadas áreas, especialmente as de residência e circulação do efetivo policial. Isso inclui o mapeamento de facções, suas áreas de influência, estratégias de retaliação e possíveis "decretos" contra agentes de segurança. A interação entre o policial e o ambiente onde reside é fundamental, pois, como apontam Minayo, Souza e Constantino (2007), a presença do policial em áreas de conflitos ou em bairros com alto índice criminal potencializa o risco.

O levantamento de dados sobre o perfil socioeconômico do efetivo é outra vertente crítica. Informações sobre remuneração, condições de moradia e a eventual necessidade de complementação de renda por meio de "bicos" (atividades extras de segurança) são essenciais. Conforme Alves (2020), a categoria de Praças, com menor remuneração, é a mais suscetível a buscar essas atividades, aumentando sua exposição ao risco fora do turno oficial. Brito et al. (2011) corroboram que o "afrouxamento do controle social estatal oferta um mercado de segurança particular para os policiais", atraindo-os para atividades de risco. A identificação desses fatores permite compreender as pressões que levam à exposição e oferece caminhos para medidas de apoio e suporte.

Em uma era digital, a coleta de dados deve, inquestionavelmente, incluir a análise do uso de mídias sociais. O uso inadequado de plataformas digitais por policiais militares, que por vezes expõem informações sobre rotina, relacionamentos, familiares, locais frequentados e até fotos com fardamento, cria um novo e crítico vetor de vulnerabilidade, tais informações podem ser exploradas por criminosos por meio de engenharia social, facilitando o planejamento e a execução de crimes contra esses servidores. Portanto, a análise da pegada digital do policial torna-se um componente inadiável na etapa de coleta de dados.

Finalmente, em casos individuais de ameaça ou alto risco percebido, a realização de entrevistas com o policial e seus familiares é uma fonte inestimável de informações qualitativas. Esse diálogo permite compreender a rotina diária, os hábitos, os trajetos mais comuns, os círculos de relacionamento e, fundamentalmente, as percepções de risco do próprio agente e de sua família. Essas informações subjetivas, quando cruzadas com dados objetivos, enriquecem a análise e fornecem insights que dados brutos não revelam.

Com base no vasto volume de dados coletados e processados, a equipe de análise de risco avança para a etapa de identificação formal e categorização das ameaças e vulnerabilidades. As ameaças específicas, definidas como a "conjunção de ator, motivação e capacidade de realizar ação hostil" (EB70-MC-10.220, 2019, p. 2-1), podem variar desde a atuação de uma facção criminosa que, por exemplo, tenha decretado a morte de policiais na área de residência do agente, até uma vingança individual por parte de um ex-detento ou familiar de um criminoso morto em confronto (FERNANDES, 2016). Outras ameaças podem incluir crimes de oportunidade, como latrocínios, onde o policial é visado pela posse de sua arma, ou agressões em contextos de lazer, onde sua identidade policial é revelada.

Simultaneamente, são identificadas as vulnerabilidades, que são as deficiências que, ao serem exploradas pelas ameaças, podem causar incidentes de segurança e levar à vitimização. No exemplo de um policial sob ameaça de facção, as vulnerabilidades podem incluir o fato de ele residir na área de domínio da facção, realizar seu trajeto casa-trabalho utilizando transporte público com rotina previsível, e expor sua vida pessoal em redes sociais, fornecendo dados para os criminosos.

Outras vulnerabilidades podem ser a ausência de equipamentos de proteção individual durante a folga, a falta de treinamento específico para situações de risco fora do serviço, ou o estresse e cansaço decorrentes de jornadas duplas de trabalho (MABA; ALMEIDA, 2023; BARBOSA et al., 2020). É importante entender que a vulnerabilidade, conforme ABNT ISO 73 (2009) e Andrade, Reis e Sanches (2022), é uma fragilidade intrínseca que a ameaça pode explorar para perpetrar um ato hostil contra a pessoa.

Nesta fase crítica, os analistas avaliam a probabilidade de cada ameaça identificada se concretizar e o impacto potencial que ela geraria, sendo a "morte do policial" o resultado mais grave em questão. Essa avaliação pode empregar métodos qualitativos, como a classificação do risco em categorias (baixo, médio, alto ou extremo), baseando-se na experiência dos analistas e na interpretação das informações. Alternativamente, em cenários onde há dados suficientes e modelos preditivos robustos, uma avaliação quantitativa pode ser aplicada, estimando a

probabilidade em termos numéricos e o impacto em termos de perdas humanas e institucionais. Coso (2007) destaca que estimativas de probabilidade e grau de impacto são mais objetivas quando baseadas em dados pretéritos e observáveis.

A etapa de análise e avaliação resulta na hierarquização dos riscos. Essa priorização é fundamental, pois permite que as agências de inteligência e os gestores de segurança pública concentrem recursos e esforços nas ameaças mais graves e prováveis. Maba e Almeida (2023) enfatizam que "a alocação eficiente de recursos ajuda a otimizar a capacidade de resposta e a prevenção de incidentes prejudiciais", um ponto decisivo em contextos de recursos limitados. A compreensão clara dos riscos mais prementes permite direcionar as ações de mitigação de forma estratégica, maximizando a eficácia das intervenções.

Com o risco devidamente analisado e avaliado, a equipe de ARP tem a tarefa de propor um leque abrangente de alternativas para tratá-lo. Essas medidas, que podem ser classificadas como aceitar, compartilhar, evitar ou mitigar (EB70-MC-10.220, 2019, p. 5-16), devem ser cuidadosamente escalonadas, adequando-se ao nível de risco identificado e ao perfil individual do policial. A finalidade é reduzir a probabilidade da ocorrência da ameaça e/ou minimizar seu impacto, conforme o objetivo central da Contraineligência. As medidas podem ser categorizadas em Medidas de Prevenção, Medidas de Proteção e Medidas de Apoio.

As Medidas de Prevenção são focadas em reduzir a vulnerabilidade geral e aumentar a capacidade de autoproteção do policial. Incluem cursos e treinamentos contínuos sobre segurança pessoal na folga, com ênfase em técnicas de observação e percepção situacional, uso seguro e consciente de redes sociais, técnicas de defesa pessoal sem uso de arma de fogo e conduta em situações de risco. Moraes e Monteiro (2017) ressaltam a importância de superar lacunas no treinamento para o confronto, o que também se aplica a situações fora de serviço.

De acordo com De Andrade (2017), a segurança do agente inicia-se com orientações fundamentais sobre o porte de armas em ambientes específicos e estratégias para desestimular a cobiça de criminosos. Contudo, quando o policial se encontra sob ameaça concreta ou possui um perfil de alto risco, tornam-se necessárias medidas de proteção mais incisivas que visam à mitigação de danos, ainda que estas gerem impactos profundos na rotina do profissional.

Entre as ações cabíveis, destacam-se o remanejamento funcional para atividades administrativas com menor exposição, a transferência para unidades em localidades com riscos reduzidos e o fornecimento de equipamentos de proteção específicos para a folga, como coletes balísticos discretos. Em cenários de perigo extremo, a proteção pode evoluir para uma escolta pessoal contínua, garantindo segurança integral ao agente; tais intervenções, entretanto, exigem um planejamento institucional rigoroso que correlacione as medidas preventivas aos riscos previamente identificados (ANDRADE et al., 2022).

As Medidas de Apoio são centradas no bem-estar integral do policial e de sua família. Incluem o oferecimento de suporte psicológico contínuo para o policial e sua família, visando tratar o estresse pós-traumático, a ansiedade e outros impactos psicológicos gerados pela situação de risco (MABA; ALMEIDA, 2023). A melhoria da saúde mental e do bem-estar do agente é um benefício direto dessas medidas (MABA; ALMEIDA, 2023), contribuindo para a resiliência e a capacidade de enfrentar o cotidiano de risco (MINAYO; ADORNO, 2013).

Dessa forma, a Análise de Riscos de Pessoas não é um processo estático que se encerra após a implementação das medidas de mitigação. Pelo contrário, é importante estabelecer um sistema de monitoramento contínuo, alinhado ao "Plano de Monitoramento do PDCI" da Contraineligência (EB70-MC-10.220, 2019, p. 5-26), para verificar a eficácia das ações adotadas e, fundamentalmente, para reavaliar o nível de risco periodicamente. As ameaças e vulnerabilidades são dinâmicas e podem evoluir, desaparecer ou surgir a qualquer momento, exigindo uma constante vigilância e capacidade de adaptação (MABA; ALMEIDA, 2023).

Por conseguinte, o monitoramento envolve o acompanhamento das informações de inteligência, a análise de novos eventos na área de atuação ou residência do policial, e o feedback do próprio agente sobre a percepção de sua segurança. Os relatórios de análise de risco devem ser atualizados sempre que um novo dado relevante for identificado, garantindo que as estratégias de proteção permaneçam alinhadas com a realidade (DE ANDRADE, 2017). Essa reavaliação permite ajustar as medidas de mitigação, reforçar ações bem-sucedidas e corrigir falhas, assegurando que a proteção do policial militar seja um compromisso constante e adaptativo da instituição. A ausência de monitoramento transformaria a ARP em um esforço pontual de baixo impacto, subvertendo seu propósito de gestão contínua de incertezas.

#### **IV. Considerações Finais**

A elevada e persistente taxa de vitimização de policiais militares no Brasil, notadamente fora do horário de serviço, configura um grave problema de segurança pública e um sintoma da complexidade dos riscos que permeiam a vida desses profissionais. O presente estudo demonstrou que a vitimização não é um fenômeno aleatório, mas a resultante da interação multifacetada entre ameaças concretas e um complexo conjunto de vulnerabilidades operacionais, institucionais, socioeconômicas e comportamentais, as quais foram minuciosamente exploradas.



A análise dos dados empíricos e da literatura especializada ratificou que o perfil mais suscetível à vitimização é o do policial militar de baixa patente, frequentemente impulsionado por dificuldades financeiras a atividades laborais complementares "bicos" e à residência em áreas de risco. Esse cenário evidencia que o período de folga, que deveria ser de descanso e recuperação, transforma-se paradoxalmente no momento de maior perigo, quando o agente se encontra desprovido do aparato formal de proteção institucional.

Neste cenário desafiador, a Análise de Riscos de Pessoas (ARP) emerge como uma ferramenta metodológica indispensável e estratégica, firmemente ancorada nas doutrinas de Inteligência de Segurança Pública (ISP) e Contrainteligência (CI). Sua capacidade de identificar, analisar e avaliar ameaças e vulnerabilidades de forma sistemática permite que as instituições de segurança pública migrem de uma cultura reativa, que age após a ocorrência do fato trágico, para uma cultura proativa e preventiva. A ARP, ao fornecer o diagnóstico preciso, subsidia a tomada de decisões embasadas, otimiza a alocação de recursos e capacita a implementação de medidas de mitigação personalizadas e eficazes, conforme preconizado pelos fundamentos da segurança orgânica e ativa.

A institucionalização da ARP nas Polícias Militares, alinhada às premissas de Contrainteligência, representa um passo fundamental para a proteção do pessoal, considerado um ativo estratégico a ser salvaguardado. Trata-se de um processo contínuo e colaborativo que demanda o envolvimento transversal de diversos membros da organização, com o potencial de não apenas salvar vidas, mas também de aprimorar a saúde mental do efetivo, fortalecer a confiança da comunidade e, por conseguinte, aumentar a eficácia operacional das corporações.

Este estudo, embora reconheça as limitações inerentes à utilização de dados secundários, cumpriu o objetivo de destacar o papel central da Análise de Riscos de Pessoas e de fornecer um arcabouço teórico-metodológico robusto para sua aplicação no contexto policial militar. Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos de caso em unidades da Polícia Militar que já implementem núcleos de análise de risco, visando avaliar o impacto prático de sua aplicação e validar os modelos propostos. Adicionalmente, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que possam automatizar e otimizar o processo de coleta e análise de dados de risco se mostra como uma via promissora.

Em última análise, investir proativamente na segurança do policial militar, por meio da ARP, é um investimento direto na segurança de toda a sociedade. A proteção de suas vidas, portanto, deve ser uma prioridade absoluta, e a Análise de Riscos de Pessoas se consolida como o caminho mais inteligente e eficaz para alcançar tal objetivo, transformando a resposta reativa em prevenção estratégica.

### Referências

- [1]. Adams, J. Risk. In: Kitchin, R.; Thrift, N. (Eds.). *International Encyclopedia Of Human Geography*. Amsterdam: Elsevier, 2009. P. 294-299.
- [2]. Alves, D. C. A Vitimização Policial Militar No Estado Do Pará: Um Estudo Comparativo Da Letalidade Policial E Da Vitimização De Policiais Militares. 2020. Dissertação (Mestrado Em Segurança Pública) – Universidade Federal Do Pará, Belém, 2020.
- [3]. Andrade, F. S. Análise De Riscos E A Atividade De Inteligência. *Revista Brasileira De Ciências Policiais*, Brasília, V. 8, N. 2, P. 91-116, 2017. Doi: <https://doi.org/10.31412/Rbcp.V8i2.462>.
- [4]. Associação Brasileira De Normas Técnicas. Nbr Iso Guia 73: Gestão De Riscos – Vocabulário. Rio De Janeiro: Abnt, 2009.
- [5]. Barbosa, A. G. G. Et Al. A Vitimização De Policiais Militares No Ceará: Uma Análise Dos Óbitos Em Serviço E De Folga No Período De 2017 A 2019. *Cadernos De Segurança Pública*, Fortaleza, N. 43, P. 89-106, 2020.
- [6]. Assalo, V.; Mello, T. Morte De Policiais: Uma Análise Das Vítimas E Suas Características. *Sociedade E Estado*, Brasília, Df, V. 33, N. 3, P. 735-756, Set./Dez. 2018.
- [7]. Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988*. Brasília, Df: Presidência Da República, [2023].
- [8]. Brasil. Ministério Da Justiça. Secretaria Nacional De Segurança Pública. *Doutrina Nacional De Inteligência De Segurança Pública (Dnisp)*. 4. Ed., Rev. E Atual. Brasília, Df: Ministério Da Justiça, 2016.
- [9]. Brasil. Ministério Da Defesa. Exército Brasileiro. Comando De Operações Terrestres. *Manual De Campanha Contrainteligência: Eb70-Mc-10.220*. 1. Ed. Brasília, Df, 2019.
- [10]. Brito, M. A. A. Et Al. O “Bico” E A Segurança Pública No Brasil: Entre A Ilegalidade E A Necessidade. *Revista Brasileira De Ciências Criminais*, São Paulo, V. 19, N. 91, P. 115-132, Jul./Ago. 2011.
- [11]. Calazans, Márcia Esteves De. *Missão Prevenir E Proteger: Condições De Vida, Trabalho E Saúde Dos Policiais Militares Do Rio De Janeiro*. 2010.
- [12]. Duarte, J. C. Vitimização Policial No Brasil: Uma Análise Dos Fatores De Risco. *Revista Brasileira De Segurança Pública*, São Paulo, V. 13, N. 1, P. 120-135, Fev. 2019.
- [13]. Fórum Brasileiro De Segurança Pública (Fbsp). *Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2020*. São Paulo: Fbsp, 2020.
- [14]. Fórum Brasileiro De Segurança Pública (Fbsp). *Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2024*. São Paulo: Fbsp, 2024.
- [15]. Fraga, E. C. A Atividade Policial Militar E Seus Riscos. *Revista Da Academia De Polícia Militar*, Curitiba, V. 5, N. 1, P. 45-58, 2006.
- [16]. Granjo, L. Risco, Perigo E Ameaça: Conceitos E Distinções. Coimbra: Edições Almedina, 2006.
- [17]. Maba, Ana Paula; De Almeida, Adnan Agapito. Aplicação Da Técnica Acessória De Inteligência Da Análise De Risco De Pessoas Ao Protocolo Pm Vítima Da Pmpr. *Brazilian Journal Of Development*, V. 9, N. 10, P. 28884-28905, 2023.
- [18]. Mello, C. M. A. “Mesmo Com O Sacrifício Da Própria Vida”: A Multiplicidade Dos Riscos Na Profissão Policial Militar. 2015. Tese De Doutorado. Dissertação De Mestrado, Programa De Pós-Graduação Em Segurança Pública, Universidade Federal Do Pará). [https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/arquivos/teses\\_e\\_dissertacoes/Dissertacoes/2013/201305%20-%20mello.pdf](https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/arquivos/teses_e_dissertacoes/Dissertacoes/2013/201305%20-%20mello.pdf).

- [19]. Minayo, Maria Cecília De Souza; Adorno, Sérgio. Risco E (In) Segurança Na Missão Policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, V. 18, P. 585-593, 2013.
- [20]. Minayo, Maria Cecília De Souza; Souza, Edinilsa Ramos De; Constantino, Patrícia. Riscos Percebidos E Vitimização De Policiais Civis E Militares Na (In) Segurança Pública. *Cadernos De Saúde Pública*, V. 23, P. 2767-2779, 2007.
- [21]. Morais, J.; Monteiro, R. Vulnerabilidade E Risco Na Atividade Policial. Relatório Técnico. [S. L.]: [S. N.], 2017.
- [22]. Zilli, R. Letalidade E Vitimização Policial: Conceitos E Problemas. 2018. Artigo Apresentado No 12º Encontro Anual Da Anpocs, Caxambu, 2018.